ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE LADÁRIO

Centro Político-Administrativo Prefeito Hélio Benzi – Email: camaraladario@hotmail.com R. Corumbá, Q 28 - CEP 79370-000 - C. Postal 12 - CNPJ 02.017.960/0001-90 - Ladário-MS

LEI COMPLEMENTAR N° 175 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2.025.

Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito do Município de Ladário/MS e dá outras providências.

MUNIR SADEQ RAMUNIEH, Prefeito do Município de Ladário, Estado de Mato Grosso do Sul, usando das atribuições legais que lhe confere o art. 60, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Ladário-MS, FAZ SABER que a Câmara de Vereadores de Ladário, Estado de Mato Grosso do Sul, aprovou eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Municipal:

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar contratações por tempo determinado, para atender a necessidade temporária e de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal.

Art. 2° As contratações temporárias somente poderão ocorrer nas seguintes hipóteses:

I. assistência a situações de calamidade pública;

II. assistência a emergências em saúde pública;

III. admissão de professor substituto;

Joseph Joseph

°.

Jan But



- IV. substituição de docente afastado por licença, afastamento legal ou vacância temporária;
 - V. atendimento de programa ou projeto educacional de duração limitada, com prazo definido em convênio ou ato normativo;
- VI. suprimento temporário de vagas enquanto se aguarda nomeação de candidatos aprovados em concurso público vigente;
- VII. atendimento emergencial de aumento excepcional e transitório de demanda escolar devidamente comprovado.
 - Art. 3° O contrato de trabalho temporário terá duração máxima de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por iguais e sucessivos períodos, até o limite total de 36 (trinta e seis) meses, desde que:
 - I. persista a necessidade temporária de excepcional interesse público;
 - II. haja ato formal e motivado da autoridade competente.
 - \$1° A prorrogação é ato excepcional e deverá ser devidamente justificada nos autos do processo administrativo que originou a contratação.

\$2° É vedada a recontratação do mesmo profissional antes de 12 (doze) meses do término do contrato anterior decorrente de processo seletivo anterior.

*

Lords &

10000 DU



- Art. 4º A seleção dos contratados será precedida de processo seletivo simplificado, com critérios objetivos, edital público e ampla publicidade, garantidos os princípios da impessoalidade e transparência.
- Art. 5° O contrato firmado com base nesta Lei não gera vínculo efetivo com o Município, tampouco estabilidade, assegurando-se ao contratado:
- I. remuneração mensal proporcional à carga horária desempenhada;
- II. 13° salário e férias proporcionais;
- III. demais direitos expressamente previstos nesta Lei.
 - Art. 6° É vedada a contratação temporária:
 - I. para funções de estado, como controle interno e procuradores municipais, dentre outras funções assim definidas em lei;
 - II. para substituir servidores efetivos durante afastamentos previsíveis sem justificativa formal, salvo se tratar-se de função relativa a serviços essenciais, devidamente justificado no contrato e ou edital de processo seletivo;
- III. como meio de burlar a exigência de concurso público.
 - Art. 7° A Secretaria competente deverá publicar relatório semestral contendo:
 - I. número de contratos vigentes;

8

John

& May.



- II. justificativas das contratações;
- III. hipóteses legais aplicadas;
 - IV. prazos e valores pagos.

Parágrafo único. O relatório será disponibilizado no Portal da Transparência.

- Art. 8° Os contratos firmados com base nesta Lei extinguem-se:
- I. pelo término do prazo contratual;
- II. pela conclusão do projeto ou substituição que o motivou;
- III. por rescisão antecipada motivada pela administração ou pelo contratado.
 - Art. 9°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ladário/MS, em 11 de novembro de 2025.

Jonil Junior Comes Barcellos

Presidente

João Paulo Moreira Neves Pinto

1º Vice-Presidente

1º Secretário

Magda Xavier Chalega

2ª Vice-Presidente

Carlos Rogério Godoy da Matta

2º Secretário

SANCIONO Munir Sadeq Ramunieh Prefeito